



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

EIXO TEMÁTICO: ENFERMAGEM NA SAÚDE COLETIVA/PÚBLICA
MODALIDADE: ORAL

A ENFERMAGEM FRENTE AO MOVIMENTO ANTIVACINAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Maria Janaina Do Ó Vieira ¹

Roger Rodrigues da Silva ²

Juliana Ferreira Carlos ³

Joab Gomes da Silva Sousa ⁴

Aline do Nascimento Pinheiro ⁵

João Paulo Xavier Silva ⁶

Resumo: A vacinação consiste na prevenção e redução de doenças imunopreveníveis, o que reflete positivamente na saúde pública. Alguns efeitos adversos pós vacinação podem ocorrer, sobre essa justificativa tem ganhado força o movimento antivacinação, que cresce cada vez mais nos meios de comunicação e na sociedade. O objetivo desse estudo é analisar a construção e o impacto do movimento antivacinação frente a saúde coletiva. Trata-se de um estudo descritivo do tipo revisão da literatura. Diante do papel da enfermagem observou-se que compete ao enfermeiro orientar quanto a vacinação, desmistificando tabus e estimulando sua adesão na sociedade.

INTRODUÇÃO

A vacinação é um método de prevenção e redução da morbimortalidade de doenças imunopreveníveis. Consiste na ideia de que a população vacinada protege indiretamente os não vacinados, podendo causar a eliminação da circulação do agente infeccioso e a proteção da comunidade e dos indivíduos mais vulneráveis. Sua credibilidade científica contribuiu para normatização das vacinas em diversos países (BARBIERI; COUTO; AITH, 2017).

No Brasil, a institucionalização das políticas públicas de vacinação ocorreu com a criação do Programa Nacional de Imunizações (PNI), instituído pela Lei 6.259 3, de 30 de outubro de 1975 (BARBIERI; COUTO; AITH, 2017). O programa nacional de imunizações tem como objetivo o controle de doenças com caráter transversal, tendo como alvo todos os grupos etários, apresentando como propósito central contribuir para a continuidade da

¹ Discente do curso de enfermagem URCA UDI. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa Clínica Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN). Email: maria.janaina17@outlook.com

² Discente do curso de enfermagem URCA UDI. Integrante do Grupo de Pesquisa Clínica Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN). E-mail: roger95silva@gmail.com

³ Discente do curso de enfermagem URCA UDI. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Saúde Cardiovascular e Cerebrovascular (GPESC) Email: juliana_carlos1@hotmail.com

⁴ Discente do curso de enfermagem URCA UDI. Email: joab69016@gmail.com

⁵ Discente do curso de enfermagem URCA UDI. Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Saúde Cardiovascular e Cerebrovascular (GPESC). Email: pinheirolinee@gmail.com

⁶ Enfermeiro. Docente no Curso de Enfermagem da URCA UDI. Pesquisador no Grupo de Pesquisa Clínica Cuidado e Gestão em Saúde (GPCLIN). Email: jpxavier.enf@gmail.com



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

erradicação da poliomielite e de outras doenças imunopreveníveis (TAVARES; TOCANTINS, 2015).

Nesse contexto, compete ao enfermeiro operacionalizar as diretrizes propostas pelo PNI, assim como da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), que orientam quanto as ações a serem realizadas na atenção em saúde (TAVARES; TOCANTINS, 2015).

Para o sucesso da imunização é preciso que não haja apenas uma alta cobertura vacinal, mas um controle epidemiológico, melhoria nas condições sanitárias, práticas de higiene e educação em saúde. Os países desenvolvidos que associaram essas práticas tiveram um rendimento melhor em seus resultados (LESSA; SCHRAMM, 2015).

No Brasil, a vacinação é obrigatória e condicionante para que as famílias tenham acesso a programas sociais, como o bolsa-família, assim, alguns estudos trazem que com essa obrigatoriedade as responsabilidades governamentais aumentam ainda mais com as crianças e suas famílias, principalmente no que diz respeito a algum efeito adverso (LESSA; SCHRAMM, 2015).

Para que haja uma continuidade nas imunizações, é necessário que as vacinas tenham credibilidade e que as campanhas vacinais produzam resultados nos dados epidemiológicos (LESSA; SCHRAMM, 2015).

Salienta-se que na contemporaneidade tem ganhado força o movimento denominado antivacinação, que tem ampliado seu espaço pelo apoio de celebridades e *digital influencers* que abraçam a causa da não imunização das crianças, ganhando espaço também nas redes de comunicação onde crescem cada vez mais atingindo um público maior. Os pais que optam por não vacinarem seus filhos o fazem com a desconfiança nos efeitos colaterais que as vacinas possam causar, usando as “crenças filosóficas” como motivo para não imunizá-las (SILVA; CASTIEL; GRIEP, 2015).

Usam também como justificativa o cuidado, afirmando assim o estarem fazendo, indo contra as leis e sendo considerados negligentes, uma vez que é comprovado cientificamente os benefícios à saúde infantil. Os mesmos não acreditam na legitimidade do PNI e ignoram qualquer evidencia científica de benefícios, alegando estarem tranquilos quanto a decisão sobre a saúde do filho, mostrando sentirem-se mais seguros ao não vacinarem (BARBIERI; COUTO; AITH, 2017).

Alguns estudos apontam que as mães mais jovens, solteiras e de baixa escolaridade, residentes nas vizinhanças pobres de grandes centros tendem a imunizar mais os seus filhos do



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

que as mães de classe média alta, com alto nível de escolaridade e que contam com acesso aos meios de comunicação (SILVA; CASTIEL; GRIEP, 2015).

As crescentes manifestações contra a vacinação constituem-se como um problema de saúde pública e coletiva, visto que a população em geral será atingida com tal problemática. Dessa forma, estudar como esse movimento cresce, suas diretrizes e pautas é fundamental para que se possam criar estratégias em saúde a favor da vacinação e contra o movimento antivacina.

OBJETIVOS

Identificar na literatura científica a construção e o impacto do movimento antivacina frente a saúde coletiva.

MÉTODO

O presente estudo trata-se de uma Revisão Narrativa da Literatura, de caráter descritivo com abordagem qualitativa. Inicialmente traçou-se a seguinte questão norteadora: Quais os principais fatores do movimento antivacina e o seu impacto a saúde coletiva no Brasil? A partir dessa inquietação, inciou-se o processo para busca de resultados.

A consulta online se deu, a partir do banco de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) empregando as bases de dados MEDLINE, BDENF e LILACS. A pesquisa foi realizada no período de março a abril de 2019. Na busca aos artigos, foram empregados os descritores padronizados pelos Descritores em Ciências da Saúde (DEC's): Movimento Contra Vacinação, Saúde Pública e Vacinação, que foram cruzados a partir do operador booleano *AND*.

Foram cruzados inicialmente os descritores: Vacinação *AND* Saúde Pública, encontrando 3.480 resultados, dos quais estavam disponíveis 1.505. Iniciou-se assim o processo de seleção dos agrupamentos, os quais foram analisados pelos seguintes critérios de inclusão: disponíveis na íntegra (1.505 resultados); Bases de dados MEDLINE (1.087), LILACS (259) e BDENF (31), resultando em 1377 documentos; idioma português (205); documento do tipo artigo (160 artigos), publicados entre os anos de 2011 a 2017, obtendo 65 artigos. Como critérios de exclusão: duplicatas (12), artigos que não contemplassem a temática proposta (42) e não estivessem disponíveis gratuitamente (11), permanecendo 4 artigos.

Subsequentemente, foi aplicado outro cruzamento de descritores, quais sejam: Movimento Contra Vacinação *AND* Vacinação, obtendo 81 resultados, dos quais estavam disponíveis 57 estudos. Novamente aplicando os critérios de inclusão: disponíveis na íntegra (57 resultados); Bases de dados MEDLINE (50), LILACS (5) e HISA (1); idioma português



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

(4); documento do tipo artigo (3), publicados entre os anos de 2015 a 2018, alcançando 3 artigos. Para critérios de exclusão: artigos que não contemplassem a temática proposta (2), restando 1 artigo.

Após a seleção dos artigos filtrados, foi estabelecida a leitura integral dos mesmos, com vistas a reconhecer o assunto oferecido pelos documentos e afinidade com relação a questão norteadora descrita neste estudo. Desta forma, o resultado final foi de 5 artigos aos quais serviram de embasamento científico e referencial para construção da referida revisão.

RESULTADOS/DISCUSSÕES

Os primeiros movimentos governamentais que surgiram para a vacinação da população tiveram como principal opositor a classe média alta, como na Inglaterra em 1853. Em que os mesmos desaprovaram a medida do governo e as campanhas de imunização. As ações do poder público justificavam-se pela perspectiva sanitária baseada nos princípios epidemiológicos (SILVA; CASTIEL; GRIEP, 2015).

Há controvérsias entre estudos quanto a flexibilidade da vacinação, enquanto alguns dizem que a vacinação deve se dar de forma absoluta para todos os indivíduos, a os que defendem a flexibilidade do calendário, de modo que as doenças que não representem riscos relevantes a saúde pública sejam opcionais quanto a vacinação (BARBIERI; COUTO; AITH, 2017).

Mesmo com a segurança das vacinas alguns efeitos adversos podem ocorrer por diversos fatores que podem ou não esta relacionados a própria vacina, dessa forma foi criando no Brasil um sistema de informação dos eventos adversos pós vacinação (SI-EAPV) sendo de muita significância para a identificação e possibilidades de estratégias para a atuação do enfermeiro, sendo relevante não apenas para a enfermagem, mas para a segurança e confiança no programa nacional de imunização, mantendo dessa forma a cobertura vacinal (BISETTO; CUBAS; MALUCELLI, 2011).

As políticas públicas de imunização foram as principais contribuintes para a construção e fortalecimento da cultura de vacinação, promovendo uma alta procura nas unidades de saúde e apoiando na erradicação de algumas doenças imunopreveníveis (BARBIERI; COUTO; AITH, 2017).

Os artigos selecionados indicam que não se tem uma causa ou justificativa para o inicio ao movimento antivacina, com as redes sociais essas informações de correlações com o autismo e efeitos adversos foram se espalhando e ganhando espaço e tendo mais pais que



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

escolhem não vacinar e aderem ao movimento. Inicialmente é algo que não tem gerado impacto sobre a saúde pública, entretanto seus efeitos a longo prazo podem gerar um desequilíbrio na luta pela erradicação de algumas doenças imunopreveníveis (SILVA; CASTIEL; GRIEP, 2015).

O conflito entre liberdade individual e saúde pública é alvo de debates e questionamentos das pessoas que aderem ao movimento antivacinação, de forma que haja um equilíbrio entre a saúde pública e a liberdade individual (BARBIERI; COUTO; AITH, 2017).

Mesmo não tendo estudos científicos para comprovar, os pais “não vacinadores” assim o fazem por mostrarem preocupação com os efeitos ocultos das vacinas, especialmente por acreditarem que tenha uma relação direta com o autismo. Não há embasamento para estas crenças, entretanto os pais assim o fazem (SILVA; CASTIEL; GRIEP, 2015).

Em estudo realizado nessa perspectiva, identificou-se que para os casais que selecionaram as vacinas a serem aplicadas, a vacinação é vista como um valor moral, já os pais que não vacinaram, o que se sobressaiu foi o modo de vida, que vê a vacinação infantil sem um sentido e um risco e intervenção desnecessária ao filho saudável (BARBIERI; COUTO; AITH, 2017).

Cabe ao enfermeiro realizar as orientações quanto a relevância da vacinação, o incentivo para vacinar, sua importância e necessidade. Direcionadas para as mães, gestantes e população em geral. Em pesquisas os enfermeiros relataram que como estratégia eles utilizaram levar conhecimento ao usuário da unidade, buscando conscientizar a mãe que ela deve levar seu filho para vacinar (TAVARES; TOCANTINS, 2015).

Entre as ações dos enfermeiros para a erradicação de doenças imunopreveníveis esta a atualização do cartão de vacina como procedimento e a orientação ao usuário como propósito de evitar agravos e doenças (TAVARES; TOCANTINS, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento antivacina pode ainda não ter gerado impacto considerável no Brasil, porém suas consequências começam a aparecer com a morte de crianças por doenças imunopreveníveis nos países vizinhos, com a crescente globalização e a forte influência das mídias sociais, a influência a ser gerada é algo a ser considerada e prevenida. Os meios de comunicação produzem uma série de informações não verídicas quanto a saúde e por isso se faz necessário promover educação em saúde dentro desses espaços, levando informações adequadas sobre as vacinas, benefícios, importância e necessidade.



VI SEMANA DE ENFERMAGEM DA URCA

I SIMPÓSIO DE ENFERMAGEM DERMATOLÓGICA DA REGIÃO CENTRO-SUL

Diante dos estudos percebeu-se que as mães de classe média alta estão entre as que não vacinam seus filhos o que nos leva a refletir sobre o acesso as unidades básicas de saúde que essas mães não frequentam e onde ocorrem as maiores promoções de saúde frente a imunização por parte da enfermagem.

Enquanto as mães de classe baixa são acompanhadas durante o pré-natal e orientadas quanto a necessidade da vacinação, as mães com condições favoráveis em seus planos de saúde optam pela não vacinação. O que sugere que o sistema privado de saúde não efetua uma promoção em saúde de qualidade, tão eficaz quanto o sistema único de saúde, que mesmo resistindo as inúmeras dificuldades permanece sendo o maior provedor de equidade e informação a comunidade.

Portanto, é necessário diante dos cenários que se criam e se expandem na sociedade moderna a consolidação da imunização como um serviço de saúde pública, cientificamente respaldado. No que concerne ao movimento antivacina, retroceder não é uma opção e a enfermagem tem um papel imprescindível quanto conscientização da população.

DESCRIPTORIOS: Movimento contra vacinação. Saúde pública. Vacinação.

REFERÊNCIAS

SILVA, P.R.V; CASTIEL, L.D; GRIEP, R.H. A sociedade de risco midiaticizada, o movimento antivacinação e o risco do autismo. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.20, n.2, p.607-616, 2015.

TAVARES R. E; TOCANTINS F. R. Ações de enfermagem na Atenção Primária e o controle de doenças imunopreveníveis. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v.68, n.5, p.521-7, 2015.

BISETTO, L.H.L; CUBAS, M. R; MALUCELLI, A. A prática da enfermagem frente aos eventos adversos pós-vacinação. **Rev Esc Enferm USP**. v.45, n.5, p.1128-1134, 2011.

LESSA, S. C; SCHRAMM, F. R. Proteção individual versus proteção coletiva: análise bioética do programa nacional de vacinação infantil em massa. **Ciência & Saúde Coletiva**. v.20, n.1, p.115-124, 2015.

BARBIERI, C. L. A; COUTO, M. T; AITH, F. M. A. A (não) vacinação infantil entre a cultura e a lei: os significados atribuídos por casais de camadas médias de São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. v.33, n.2, p. 17-33, 2017.